

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

12/03/2013

COMISSÃO DA VERDADE.

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

12/03/2013

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – São Paulo, 12 de março de 2013. Assembleia Legislativa, auditório Teotônio Vilela.

Audiência sobre os casos Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Está instalada a 19ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 12/03/2013 na Assembleia Legislativa no auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimento sobre os casos de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Desaparecidos em 17 de maio de 1973.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público em contraposição da Comissão Nacional que faz as suas audiências fechadas.

Agora eu passo a Vivian Mendes para fazer a leitura do documento ‘Verdade e Gênero’. Com a palavra, Vivian.

A SRA. VIVIAN MENDES – Bom dia. Sou Vivian Mendes, assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

Verdade e Gênero.

De modo que para contar minha história, aqui estou. Vocês me escutam falar, mas me escutam sentir? Gertrude Comar, escritora judia assassinada na Auschwitz.

A Comissão da Verdade tem como dever investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, 1964-1985. A repressão política da época não poupou mulheres e homens que ousaram discordar, divergir, protestar ou ir contra a ordem ditatorial. Enfrentar os desmandos, os autoritarismos, as atrocidades e brutalidades do estado de terror implantado a partir de 1964. A violência empregada pelo Estado impôs a ferro e fogo o silêncio, a censura, a insegurança, incerteza, o pânico e o medo. Impôs para muitas pessoas o exílio, a clandestinidade, o isolamento social e político. Os militantes políticos viviam sobtensão intensa. Risco de sequestro, tortura, assassinato e pairava a figura sinistra do desaparecimento forçado. Há uma lista de pelo menos 500 pessoas mortas, assassinadas pela ditadura. Dentre elas há aquelas cujos corpos não foram entregues para que seus familiares pudessem sepulta-los. As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura que não admitia em nenhuma hipótese que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres militantes políticas da época subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da agressão política das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, armadas ou não, mantiveram a segurança de aparelhos que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da militância de familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade e nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de torturas, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores.

Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de formas excessivas ou escassas conforme as sessões de tortura. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarros ou com choques elétricos, enfiar fios elétricos em suas vaginas e anus, arrebentar seus mamilos e cometer estupros.

Houve militantes que foram assassinadas, cujos cadáveres em muitos casos encontram-se desaparecidos até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas a

morte por um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da coroa de cristo como era chamado um método de tortura que por meio de emprego de uma cinta de aço apertava-se o crânio até esmagá-lo. Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones. Outros enlouqueceram como resultado de tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram pelo anonimato. Para que se alcance a verdade, a história terá que trazer a tona participação. Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, em uma perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar.

Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres. Será preciso senti-las em toda a dimensão das suas ações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Maravilhoso esse texto.

Agora, cada dia que esse texto é lido eu ouço de um jeito. Eu queria dizer, não sei se vocês sabiam, o irmão da Maria Augusta Thomaz está aqui com a gente. Eu não sei a pronuncia, mas é o que nós nos acostumamos a chamar. Com a palavra, Amelinha.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Maria Augusta Thomaz, desaparecida em 17 de maio de 1973. Dados pessoais, nome, Maria Augusta Thomaz. Nascida em 14 de novembro de 1947 na cidade de Leme, Estado de São Paulo. Pertenceu à organização política Movimento de Libertação Popular, Molipo. Nascida em 14 de novembro de 1947 em Leme, foi estudante do Instituto Sedes Sapientiae em

São Paulo. E filha de Aniz Thomaz e Olga Michel Thomaz. Foi indiciada por sua participação no 30º congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, quando foi presa em outubro de 1968. Em 14 de janeiro de 1970 foi expedido mandato de prisão contra Maria Augusta pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. Após o assassinato de seu namorado José Wilson Lessa Sabag em setembro de 1979 passou a viver na clandestinidade. Segundo o livro 'Direito a memória e a verdade', teria participado do sequestro de um avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires Santiago com mais oito militantes da ALN. Desviando para Cuba em 04/11/69. Em Cuba realizou o treinamento de guerrilha e no início de 1971 retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás. Foi condenada como revel a cumprir pena de 17 anos de prisão em 29 de setembro de 1972. Em outro processo também julgado a revelia também foi condenado a cinco anos de reclusão em 27 de agosto de 1973, depois de três anos de seu assassinato foi absolvida pelo STN por falta de provas em um outro processo.

Márcio Beck Machado, também desaparecido em 17 de maio de 1973, nascido em 16 de janeiro de 1943 na cidade de São Paulo e também pertencia à organização política Molipo, Movimento de Libertação Popular. Era filho de Otávio Meneses Machado e Helena Beck Machado. Era estudante de economia da universidade Mackenzie em São Paulo. Também foi preso no 30º congresso da UNE em Ibiúna em outubro de 1968. Em 01/04/70 teve sua prisão preventiva decretada. Foi indiciado também nos inquéritos policiais de número 07/72 e 09/72. Em 23 de outubro de 1972 teve novamente sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria Militar referente ao processo 100/72. Militante da ALN no fim de 1969 ao final de diversas prisões e a morte de Carlos Marighela, viajou para Cuba onde realizou treinamento militar. Voltou para o Brasil como militante do Molipo indo morar no interior de Goiás.

Dados de morte e desaparecimento de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado.

Márcio e Maria Augusta Thomaz foram mortos em agosto de 1973 em uma fazenda situada entre as cidades de Rio Verde e Jataí em Goiás. Em 1980 jornalistas descobriram a localização das sepulturas do casal baseando-se em depoimentos que afirmavam que eles haviam sido enterrados na Fazenda Rio Doce, em Rio Verde, acerca

de 200 quilômetros de Goiânia, por ocasião dos assassinatos. O fazendeiro Sebastião Cabral e seus empregados foram encarregados de enterrar os corpos de Márcio e Maria Augusta, esfacelados por tiros. Os policiais lhes recomendaram que o sepultamento fosse feito a apenas 200 metros do asfalto. Ao saberem das investigações sobre o caso e antes que a descoberta viesse a público, três homens foram à fazenda e exumaram os restos mortais, deixando as covas abertas apenas alguns dentes e pequenos ossos.

No boletim informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976 os nomes de Márcio e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos, mas as mortes não foram assumidas publicamente. Em 1992 após a abertura dos arquivos do extinto Dops São Paulo, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos descobriu um documento intitulado ‘retorno de exilados’ endereçado em 1978 ao então Delegado Romeu Tuma, diretor do Dops São Paulo. Os documentos informavam as mortes de Márcio e Maria Augusta em 1973, assim mesmo as autoridades policiais jamais informaram as mortes aos seus familiares. O artigo intitulado ‘A Polícia Federal frustra a identificação de desaparecimento de CBA’, publicado na Folha de 10 de agosto de 1980, noticiou a acusação do CBA, que é o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo de que agentes da Polícia Federal teriam violado as sepulturas de Maria Augusta e Márcio para impedir as suas identificações, testemunhas confirmaram a remoção dos restos mortais. Segundo o jornal, ‘a morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do DOI-CODI paulista, segundo depoimento de vários presos políticos detidos naquele órgão a época. Ainda segundo essas versões, Márcio teve a sua cabeça decepada por tiro de metralhadora, e transportada para Goiânia. Depoimento de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas anteontem por policiais afirma que uma delas estava sem o crânio, indício que confirmaria a versão da cabeça decepada.

Os familiares de Mário Beck Machado acataram segundo informações do CBA, a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que a época sem saber o então Secretário de Segurança Pública de Goiás, Coronel da Polícia Militar Evaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas foi reconhecer Márcio Beck como parente seu, filho de seu primo irmão, depois de ver a cabeça do rapaz.

Segundo depoimentos de testemunhas, o então Secretário Evaldo teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e então levado seu primo para reconhecer o filho. O pai, segundo a versão do CBA, fez o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito negado com a afirmação de que a única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito. A Folha de São Paulo de 17/08/1980 relatou como foi o assassinato de ambos. Neusa e Raimundo, levantem para morrer. O grito que cortou a madrugada fria de 07/05/1973 na Fazenda Rio Doce soou como uma sentença definitiva. Pelo relato emocionado, repleto de palavras simples do lavrador Eurípedes João da Silva, conclusão a que chegaram os integrantes da Comissão especial de juristas e Parlamentares, leva a uma única constatação, a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz não se tratou de uma operação militar dos chamados órgãos de segurança de um assassinato frio de dois militantes exaustivamente perseguidos. O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça, Mauricio Currier, em 1993 afirma que Márcio teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz em uma fazenda, a Rio Verde em 17/05/1973.

O relatório do Ministério da Marinha de 1983 atesta que Márcio em maio de 1973 foi morto em Goiás em tiroteio durante ação de segurança. O ex-agente do DOI-CODI de São Paulo, Marival Chaves do Canto, em entrevista a revista Isto É em 27 de março de 2004 declarou que a operação de exumação das ossadas dos dois militantes foi comandada por Andre Pereira Leite Filho, oficial do Exército que trabalhava no CIE de Brasília em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI de São Paulo sob o codinome de Dr. Edgar. A matéria assim descreve os fatos. Segundo Marival em 1980 o Dr. Edgar comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Goiás as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, integrantes do Molipo mortas em 83 por integrantes do CIE. De acordo com Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980 que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas. Seus nomes, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta Thomaz consta na lista de desaparecidos políticos, no Anexo Um da Lei 9140/95.

Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos seus casos foram protocolados com os números 03996 e 29196, respectivamente, de Maria Augusta e de Márcio. Informações extraídas do dossiê ditadura, mortos e desaparecidos políticos no

Brasil 1964-1985 IEV, Instituto de Estudo sobre Violência e Imprensa Oficial. São Paulo 2009.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Agora nós vamos chamar Tatiana Merlino para fazer a leitura de um documento do Comitê Brasileiro da Anistia na época, em 1980.

A SRA. TATIANA MERLINO – Bom dia. Esse trecho consta do livro Luta Armada, ALN e Molipo, as quatro mortes de Maria Augusta Thomaz, de autoria do Renato Dias.

A denúncia do CBA. No documento em que denuncio o desaparecimento dos corpos dos estudantes, do Comitê Brasileiro pela Anistia faz um relato dos episódios que antecederam a morte de Maria Augusta e Márcio Beck com informações de testemunhas. Eis a íntegra da nota da CBA.

O Comitê Brasileiro pela Anistia desde o seu surgimento comprometeu-se a lutar pela completa elucidação da situação dos desaparecidos políticos, seus paradeiros bem como recuperar perante a sociedade brasileira, a memória desses combates. Em cumprimento dessas resoluções a Comissão dos familiares de mortos e desaparecidos, o CBA de São Paulo obteve informações iniciais acerca do paradeiro dos cidadãos Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. As investigações prosseguiram com o sigilo necessário a completa elucidação do caso, contando com a colaboração do jornalista Antonio Carlos Fon, do semanário Cinco de Março, de Goiânia. A informação inicial nos levava a uma localidade adiante da cidade de Rio Verde, interior de Goiás. O jornalista Antonio Carlos Fon colheu indícios, cotejou provas, selecionou informações chegando finalmente à exata localização dos corpos de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Inclusive por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, o CBA de São Paulo entregou a Sua Santidade um dossiê completo sobre a situação dos

desaparecidos e mortos políticos brasileiros, onde se fez referência à situação do aludido casal e as investigações. Sobre Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, nos dias dois e três de agosto o jornalista Antonio Carlos Fon, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o irmão de Maria Augusta Thomaz estiveram na região da cidade de Rio Verde em Goiás e constataram a veracidade das informações, concluindo dessa forma suas investigações da seguinte forma, Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado foram mortos na madrugada de 13 de maio de 1973 em uma operação dos órgãos de segurança, compostos pelo DOI-CODI do 2º Exército, Polícia Federal de Goiânia, o destacamento da Polícia Militar de Rio Verde, Força Aérea Brasileira e alguns agentes da Polícia Civil. Os seguranças (ininteligível) Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz na Fazenda Rio Doce e sem dar voz de prisão metralharam a casa, mataram um casal e lá permaneceram cerca de dois ou três dias, na expectativa de recebimento de visita ao casal.

Consta que o casal citado chegou à região de Rio Verde Jataí, adquiriram uma propriedade rural pagando parte em moeda e parte em sessão de caminhão. Esse negócio foi posteriormente desfeito em virtude de que o veículo dado como parte do pagamento estava alienado com reserva de domínio a uma financeira paulista. O vendedor então logrou a alienar a venda e reintegrando de posse da propriedade.

O casal Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz foi forçado a procurar emprego em outras propriedades agrícolas. Foi quando eles se dirigiram a fazenda Rio Doce, de propriedade do casal Sebastião Cabral e sua esposa, Maria Cabral, distante cerca de 40 quilômetros a diante de Rio Verde, na estrada que liga Rio Verde a Jataí. O casal chegou aos quatro de maio de 73 a referida fazenda. Aos 16 de maio as forças de segurança invadiram-na. Mantiveram presos os seus proprietários na sede bem como os interrogaram com violência. Bem como aos demais trabalhadores da fazenda. À noite cercaram e metralharam a casa onde dormiam Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz. Não lhes deram voz de prisão. O casal não reagiu. Dois dias após abandonaram a fazenda advertindo aos proprietários que na fazenda havia duas cobras venenosas, as quais eles mataram, e que o pessoal da fazenda (ininteligível) imediatamente avisada caso alguém viesse procurar o casal. Quatro pessoas enterraram o casal, o proprietário da fazenda e três empregados, dos quais já falecidos em um lugar incerto e não sabido.

Essa história foi confirmada pelos proprietários da fazenda, por trabalhadores agrícolas da região e etc.

Ontem, dia oito de agosto o CBA de São Paulo foi informado de que agentes da polícia local e da polícia federal tão logo souberam da visita feita pelo jornalista Antonio Carlos Fon e pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e pelo familiar de Maria Augusta Thomaz dirigiram-se a fazenda Rio Doce e de imediato passaram a escavar os locais que serviam de sepultura para o casal morto, retirando-lhes os ossos e demais despojos, levando para local ignorado.

Dados sobre Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Maria Augusta Thomaz, militante do Movimento de Libertação Popular, Molipo, estudante do Instituto Sede Sapientiae da PUC, morta em maio de 1973 juntamente com Márcio Beck Machado.

Márcio Beck Machado, militante do Movimento de Libertação Popular, Molipo, estudante de economia da universidade Mackenzie em São Paulo. Morto em maio de 73 em um sítio entre as cidades de Rio Verde e Jataí, Goiás, onde também foi morta Maria Augusta Thomaz. Os agentes do DOI-CODI do 2º Exército comentavam abertamente sobre os presos políticos que lá se encontravam nesse período que Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz haviam sido mortos, apesar de os órgãos de segurança jamais reconhecerem tal fato.

Ilegalidades praticadas pelos órgãos de segurança. Um, Artigo 121 do Código Penal Brasileiro, matar alguém, pena, reclusão de seis a 20 anos. Homicídio qualificado pelo agravante do Parágrafo 2º Item Quatro – se o homicídio é cometido à traição, emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível à defesa do ofendido – pena, reclusão de 12 a 30 anos. Artigo 210 do Código Penal Brasileiro, violação de sepultura, pena, reclusão de um a três anos. Artigo 211 do Código Penal Brasileiro, destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele. Pena, reclusão de um a três anos. Artigo 212 do Código Penal Brasileiro, (ininteligível) cinza. Pena, detenção de um a três anos. Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, falsidade ideológica; omitir um documento público ou particular declaração de que nele devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser

escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico relevante. Pena, reclusão de um a cinco anos.

Providências tomadas e a serem tomadas. A família de Maria Augusta Thomaz contratou o advogado Jorge de Moraes, residente em Rio Verde com escritório a Avenida Presidente Vargas 416 para requerer de imediato vistoria ad perpetum (ininteligível), abertura de inquérito policial indiciando o proprietário da fazenda por ocultação de cadáver. Abertura de inquérito para averiguação de irresponsabilidade de agentes e órgãos de segurança na morte do casal. Ação de responsabilização pelo cerco e morte do casal. Investigação policial que responsabilizar autoridade que ordenou exumação dos corpos na fazenda, obstaculando dessa forma a apuração da verdade.

O CBA desde já responsabiliza o Ministro da Justiça e o Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal pelo desaparecimento da ossada bem como desaparecimento das testemunhas e dos advogados no caso. São Paulo, nove de agosto de 1980. Luiz Eduardo Greenhalgh, Presidente do Comitê Brasileiro de Anistia, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Cita a fonte onde está contido o livro, fala do livro.

A SRA. TATIANA MERLINO – O livro é de autoria do Renato Dias, cujo título é ‘Luta armada, ALN-Molipo as quatro mortes de Maria Augusta Thomaz’.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos lá.

Vamos compor a mesa com duas pessoas. Era bom ver se não veio mais ninguém para esse depoimento. Mas inicialmente eu quero chamar o Artur Machado Scavone, companheiro ex-presos político e militante do Molipo, e o irmão da Maria Augusta Thomaz, o Max Anis Thomaz, irmão da Maria Augusta. Por favor.

Eu queria fazer uma breve introdução, depois, se vocês pudessem me passar o livro...

Essa prisão e morte da Maria Augusta Thomaz e do Márcio em maio de 73 ocorreu na Oban, começou na Oban com a prisão de um grupo de Ribeirão Preto, e esse grupo de Ribeirão Preto chegou lá em Goiás. O número de camponeses que foram presos que chegaram de Goiás foi uma coisa impressionante. Em uma madrugada começou a chegar o povo de Goiás preso, e eles foram torturados durante três dias consecutivos. Depois apareceu, as coisas começaram a ficar mais claras. Eles chegaram de madrugada, e apareceu o Índio Irineu de Ribeirão Preto, e toda a cadeia foi de conexão, o Índio estava muito doente, depois o Índio foi para o Dops.

Então, Artur, você que era do Molipo, queria começar por você, depois pelo irmão da Maria Augusta. Eu queria que você fizesse um pouco essa conjuntura da época, da organização de vocês, da volta deles de Cuba, enfim, tudo aquilo que você sabe fazer.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Bom dia a todos. A cronologia dos fatos. Eu fui preso em 24/02/1972, a minha militância era no Molipo, e dentro da organização clandestina armada, nós tínhamos uma estrutura muito compartimentada, e esse período foi quando o pessoal, vários companheiros que fizeram treinamento em Cuba voltaram para o Brasil, entre eles a Maria Augusta, o Márcio Beck, o Mortati e vários outros companheiros. Quando eles voltaram para o Brasil para circunstanciar os fatos, a construção do movimento de libertação popular era uma tentativa, eu diria quase desesperada de recompor ou reconstituir digamos assim, o vínculo político da resistência armada, a ditadura com a sociedade. É lógico que hoje é possível dizer que era ineficaz, iria ser ineficiente, mas era uma posição que todos aqui batalhavam, a

própria Maria Augusta em particular, que era objeto dessa nossa sessão, o Mortati, Márcio Beck, todos ali tinham uma preocupação muito grande com o isolamento que a resistência armada, o regime estava sendo submetido ou levado a esse isolamento. Quando eles voltaram, nós que estávamos instalados clandestinamente já no país, eu, Pedro Rocha, os próprios companheiros, éramos a estrutura para estabelecer o contato da organização com eles. Então, eu mesmo fui ponto de referência e de contato com a Maria Augusta, o Márcio Beck, o Chico Dialético que é o nome depois que eu aprendi dele, não o conhecia na época com esse nome, e vários outros companheiros.

O nosso dia a dia ali era um conjunto de ações que a gente fazia com o objetivo de a gente fazer propaganda contra o regime, e também conseguir material, infraestrutura com a perspectiva de ir para o campo, porque estava ficando cada vez mais evidente que na cidade a resistência estava sendo dizimada. Eu fui preso em 72, antes disso a Maria Augusta foi, passou por uma emboscada. Eu acho que uns oito meses antes dessa prisão, um pouco mais, na Rua Turiassu se não me engano, ela foi ferida, foi baleada, foi morto o Chico Dialético que estava com ela, ela conseguiu escapar, e nós éramos companheiros de organização, mas até por força de que ela ficou comigo no aparelho em que eu morava, nós acabamos nos tornando companheiros nesse curto período.

Depois disso ela estava se preparando para o interior, eu não tinha essa informação porque as coisas eram compartimentadas entre nós, e depois eu fui preso em 72, em 24 de fevereiro. O que importa para a nossa busca da verdade, é depois de ter passado nove meses no DOI-CODI, eu fui conduzido ao Tiradentes, portanto, no final de 72 eu estava no Tiradentes, e se eu não estou enganado eu fiquei pouco tempo no Tiradentes, logo depois eu fui para a detenção, mas quando eu estava no Tiradentes, eu fui chamado no DOI-CODI. E eu não tenho precisão da data na cabeça, mas com certeza foi em maio, e eu vou dizer para vocês porque é possível estabelecer essa conclusão. Eu fui chamado ao DOI-CODI novamente para ser interrogado por causa da prisão do Gabriel e a Tânia, que era companheira do Gabriel.

Houve lá uma acareação, alguma coisa, mas eles me deixaram no DOI-CODI em uma cela, que na verdade era um quarto, não era uma cela, na parte superior do DOI-CODI onde não eram mais realizadas as torturas, elas se davam na parte de baixo

próximo às celas convencionais da delegacia. E eu fiquei no quarto de cima, que era uma cela, depois chegou lá à loira da psicologia, a Lilian, ela ficou na prisão, na cela, enfim, no quarto do lado e a gente se comunicou pelos vãos do tubo de eletricidade lá na tomada, e tal. Mas o fato é que, porque eu estou falando isso? Eu fiquei nessa cela em cima porque ali era o lugar onde o DOI-CODI colocava as pessoas, que eles não queriam que entrassem em contato com quem estava preso recente, porque o pessoal que estava preso recente representava informações que eles não queriam que fosse divulgada. Então, ficar lá em cima significava isolar a pessoa que estava sendo trazida novamente para o interrogatório, porque essa pessoa como já estava pública essa prisão, ela teria que voltar no meu caso, para o Tiradentes, e isso implicava que eu levaria informações sobre quem estava lá no DOI-CODI e quem tinha sido recentemente preso, etc. então, eu voltei para lá e fui levado, como eu disse, para essa cela separada daqueles que estavam sobre tortura mais violenta e eram os presos recentes. E no relatório fazendo acareação com o Gabriel, com a Tânia eu não me lembro de ter sido acareado por ela. O objetivo deles não passava por mim, eu acabei não sofrendo tanto nesse processo, mas ficava muito claro que eles estavam indo atrás, porque o Índio foi preso lá também, eu fiquei sabendo dele lá por esse interrogatório que eles fizeram, e aí eles não fizeram questão de esconder, eles estavam atrás do Márcio Beck e Maria Augusta. Eles queriam informações, agora eles sabiam que eu não tinha mais informações, porque já fazia um ano que eu tinha sido preso. Então, não podia ter mais informações a respeito deles. Mas fiquei sabendo que eles estavam atrás do Márcio Beck e da Maria Augusta por esse interrogatório com o Índio. E eu vivi esse período que eu fiquei lá, eu não me lembro de quantos dias foram, foi uma quantidade razoável de tempo, mas eu não me lembro de quanto foi. Fiquei sozinho nessa cela e eu me lembro de uma angústia profunda que eu fiquei ali, não dá para descrever para vocês, porque eu sabia que eles estavam indo atrás da Maria Augusta, do Márcio Beck, e o Índio também ficou em uma cela do meu lado, eu o vi.

Vi como ele ficou profundamente machucado, e eu sabia que ele tinha dado informações que podiam levá-los a encontrar Maria Augusta e Márcio Beck. Nessa cela eu que eu estava, como eu disse, era um quarto adaptado, era possível através de alguns vãos ver o pátio do DOI-CODI. E eu vi sair do pátio do DOI-CODI carros do Exército, jipe, pessoal armado com aquelas 'roupas de mato', camuflados e etc. fortemente

armados, e eu tenho na minha cabeça também o registro desses veículos entrando no pátio, sujos de barro. Eu não sei dizer para vocês o quanto eu tenho o registro das imagens todas que eu vi, o quanto eu construí também de associação... Porque eu fiquei acompanhando e esperando a morte deles, preso lá naquela cela. É gozado assim, eu sou e minha vida foi construída assim, eu sou ateu. Mas eu estava naquela cela e eu precisava tanto acreditar em alguma coisa para poder avisar alguém, contar a alguém o que eu sabia e não tinha como. Então, eu vi depois voltarem e fiquei sabendo por que eles não fizeram questão nenhuma de esconder que a Maria Augusta e o Márcio Beck... O local eu fiquei sabendo depois, mas fiquei sabendo que eles pegaram a Maria Augusta e o Márcio Beck e daí então eles me liberaram de volta para ir ao Tiradentes. Então, o testemunho que eu tenho para passar para vocês, da Comissão da Verdade, e inequivocamente, é claro que a operação de prisão e assassinato do Márcio Beck e da Maria Augusta foi comandada pelo DOI-CODI que na sua época tinha em sua direção essa abominação chamada Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ele foi o cara que comandou esse processo e esse assassinato. Isso, não há nenhuma possibilidade de não ser verdade. Então, do ponto de vista do testemunho da prisão dela, ou do assassinato dela e do Márcio Beck é isso que eu tenho para colocar. Tem muita coisa ainda sobre eles que eu poderia colocar, mas que não diz respeito ainda à prisão e etc., mas talvez já que foi feita essa menção as mulheres, lembrando as mulheres na Comissão da Verdade, eu acho que caberia fazer um registro sobre a Maria Augusta.

Ela participou do treinamento em Cuba e é importante dizer isso, contra a vontade dos companheiros. Ela me contou isso, Cuba tem um viés machista muito forte. E ela me contava que quando chegava em Cuba o treinamento era ir para o uma região distante, região de mata, para fazer o treinamento ali e vivendo a realidade do isolamento da mata, a sobrevivência na mata, o treinamento para descobrir que tipo de alimentação você pode fazer, natural, selvagem, sem comprometer teu organismo, enfim, todas as coisas que você pode imaginar que dizem respeito a sua sobrevivência na mata. Porque o objetivo da guerrilha no Brasil era se deslocar e sobreviver no campo.

E quando se discutiu quem ia, havia uma visão de não ir mulheres, porque mulheres menstruam, tem problemas, tem uma certa dificuldade, etc. e etc. a Maria Augusta não aceitou isso e ela foi junto com os demais companheiros para o treinamento e ela falava com muito orgulho disso. Havia uma graduação entre todos os

companheiros que faziam o treinamento. E a Maria Augusta ficou na segunda posição entre homens, e eu não sei se tinha mais mulheres. Eu sei que tinha ela no treinamento.

E ela era uma mulher de muita fibra como as outras companheiras, muita decisão. Ela, dentro da nossa estrutura de trabalho não só era muito criativa, extremamente humana, uma preocupação enorme com a situação que nós estávamos vivendo, uma preocupação enorme também com a nossa situação porque a gente sabia que o guerrilheiro na cidade tinha o tempo de vida de um ano, e isso era a média que nós já tínhamos constatado, era preciso sair da cidade e tal como tinha sido pensado, ir para o campo. Então, se tinha uma preocupação muito grande com isso e também isso é uma coisa muito importante, vou colocar para vocês, porque eu já vi outros depoimentos que me deixaram estarecido, a luta armada que nós fizemos, e aí não é só a Maria Augusta, mas todos nós, ela e uma luta de resistência, é muito importante colocar isso.

Esse sempre foi o principal objetivo do regime militar. O objetivo que eles colocaram foi sempre de dizer que havia um bando de terroristas soltos. Gente querendo matar, torturar, explodir bombas. Houve casos que a gente pode condenar? Eu creio que houve. Mas a essência de todo aquele movimento que centenas de jovens entraram, foi um movimento de resistência à barbaridade que se constituiu da repressão política, do amordaçamento, da perseguição que o regime cometeu em todos os espaços da vida pública. E a Maria Augusta refletia isso. Era um esforço inglório, mas a preocupação que nós tínhamos em procurar mostrar através do que nós podíamos fazer na época que eram ações, porque não havia espaço para você se pronunciar, não havia espaço para você falar nada.

Eram ações que tinham esse objetivo. Então, muito mais do que fazer as ações armadas que eram necessárias para conseguir infraestrutura, armas, o objetivo principal era de ferrar a população com um recado diferente daquele que a ditadura buscava nos caracterizar. Então, nas ações que o Molipo fez e a Maria Augusta foi uma das importantes mentoras desse processo, elas podem ser até hoje risíveis, mas elas eram um esforço de tentar caracterizar o que nós pensávamos. Então, tanto colocar propaganda na USP como uma gravação permanente divulgando as barbaridades da ditadura, como fazer a desapropriação de roupas em uma fábrica e distribuir em favela,

uma ação para procurar denunciar o aumento da tarifa de ônibus, foram esforços e tentativas de sair de um isolamento que a resistência armada se encontrava por força de vários erros e por força da repressão em que nós vivíamos.

A Maria Augusta teve um papel muito importante, infelizmente com uma vida muito curta que terminou com esse assassinato em Rio Verde.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Artur, deixa eu te perguntar uma coisa antes de passar para o irmão. Esse livro é um dos livros mais bem escritos de memória política. Quando houve o racha do Molipo com a ALN? Foi no Brasil, foi em Cuba? Essa história já foi contada, mas eu acho que era interessante você contextualizar. Como vocês criaram essa organização que era praticamente de estudantes, ex-estudantes, como foi o racha?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Quando eu ingressei no movimento de resistência armada foi através do Reinaldo Queiroz, que era Presidente do DCE na USP. Nós tínhamos contato, ele passou meu contato para o (ininteligível) que era clandestino já na luta armada. E nós fomos juntos, o Rocha, e começamos um processo ainda na ALN de organização da resistência armada através do movimento estudantil. Esse período que eu ingressei na luta armada, que foi em meados de 70, eu tinha acabado de ingressar na universidade, nós já tínhamos tido o assassinato do Marighela, o Toledo também, então, já havia um processo de repressão mais que violento e de cerco à resistência armada. Mas até por isso mesmo nós sabíamos, essa discussão no movimento estudantil era muito forte nesse tempo, que não havia como resistir com palavras. Essa discussão seguia muito forte com o Honestino Guimarães que era da UNE, eu era Presidente do centro acadêmico da física na USP, nós debatíamos sobre essas questões. Era uma situação maluca, o Genoino vinha discutir comigo que era necessário à gente ter uma resistência, e eu discutia com ele que a resistência não podia ser feita com um partido reformista, e o PCdoB, no entanto estava armando a guerrilha

do Araguaia. E o Genoino não podia contar isso porque senão era tachado de reformista, e eu nem cogitei a ideia de participar com ele dessa resistência, porque eu achava que tinha que ser uma resistência armada. Nós vivíamos no cotidiano, eu de novo vou registrar isso, é importante no centro acadêmico, você estava no centro acadêmico e ele era invadido, chegavam sujeitos com cabos, armados, nos jipes, mandavam todo mundo virado para a parede, revistavam os bolsos para ver se encontravam algum livro subversivo ou alguma coisa que o valia, e levavam as pessoas para interrogatório. Essa era a realidade que conhecíamos. Essa era a realidade que fez com que centenas de jovens ou foram diretamente para a resistência armada, ou se tornaram apoio da resistência armada de alguma maneira. Então, eu comecei a participar da ALN através do (ininteligível) que voltaram. Voltaram já com divergências com a ALN, tanto que eles voltam com o apoio de Cuba, mas com discordância com a ALN, e procuraram contatos aqui que pudessem permitir a construção de uma organização.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Maria Augusta era do grupo dos 28? E o Márcio Beck também.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Sim. A Maria Augusta e o Márcio Beck eram parte importante do grupo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fleury, você fala Fleury...

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Fleuryzinho. Companheiro nosso também.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual era o nome completo do Fleury?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Carlos Eduardo Pires Fleury. Eu não lembrava. Então, esse pessoal voltou já com a tentativa de construir uma alternativa de organização de resistência armada que procurasse implementar uma linha de romper esse isolamento que nós encontrávamos, procurando recuperar os vínculos com o movimento social. Então, nós tínhamos só que a minha área era estudantil, então, pela organização eu tinha contato com grupos de estudantes que eram simpatizantes, quer dizer, eram simpatizantes no sentido de que eles não eram parte integrante da resistência armada. Eles viviam em suas casas, suas residências, trabalhavam, estudavam, mas ajudavam mesmo com dinheiro ou escondendo material, fazendo trabalhos de apoio com a logística da guerrilha. E o esforço é que esse apoio não se perdesse. O esforço é que esse pessoal não viesse para a luta armada porque nós precisávamos desse vínculo. Então, nesse momento houve um acordo com a ALN que nós íamos construir essa possibilidade, e a ALN nos ajudava. Ela vinha naquele tempo em que nós íamos fazer ações e não tínhamos estrutura necessária. Então, a ALN nos emprestava um companheiro que vinha armado, com equipamentos, para que a gente pudesse fazer uma ação com o necessário suporte em infraestrutura, por exemplo, nós íamos atrás dessas rádios patrulhas, fazíamos o levantamento porque nós precisávamos de mais armas, então, nós íamos atrás dessas radio patrulhas e fazíamos um levantamento, como é que eles iam fazer a troca da guarda que era o momento em que eles estavam mais expostos, e quando eles faziam a troca da guarda, a gente conseguia chegar até eles, render os militares, ficar com as armas que eles tinham, tirá-los dali, botar fogo na rádio patrulha e ir embora. E o objetivo era toda vez que a guerrilha atacava, isso é uma regra da

guerrilha, atacar com uma imponência muito grande para que não houvesse nenhum tipo de resistência, porque o objetivo era em hipótese alguma, evitar a todo custo qualquer tipo de prejuízo que seria atirar, trocar tiro ou alguma coisa que o valia.

Então, a guerrilha atacava com uma posição majoritária de força, vamos falar assim, superioridade muito grande para evitar qualquer tipo de reação. E para fazer isso nós precisávamos de apoio, então a ALN nos dava apoio para que a gente pudesse montar essa estrutura. Então, construção do Molipo veio a partir do retorno dos 28 de Cuba, do que eles tinham lá a respeito dessa necessidade de recuperar o vínculo com o movimento social e romper o cerco que a resistência armada sofria a partir da violenta repressão da ditadura.

Eu posso dizer para vocês que se eu comecei a militar dentro da ALN em meados de 70, final de 70 eu já tinha contato com esse pessoal, tive contato inclusive com o próprio Jose Dirceu, mas não sabia que era o José Dirceu e vários outros companheiros no esforço dessa recomposição. E aí nesse momento nós estávamos na estruturação do Molipo. Eu era, no entanto, apesar de estar clandestino, armado, vivendo em aparelho clandestino, eu era um militante de base dessa estrutura, não fazia parte da direção que estava no âmbito dos 28, do pessoal que tinha mais experiência, voltou de Cuba e discutia tudo isso lá. Eu não participei desse debate. Nós discutíamos, havia documento e etc., mas evidentemente era uma situação delicada. Nossa vida naquele tempo, nós morávamos em lugares clandestinos, sem conhecimento, então, nós saíamos de manhã, fazíamos nossos pontos de encontro para manter o contato. Evidentemente nós fazíamos alguma ação quando ela estava planejada e sete horas da noite nós tínhamos que estar de volta no aparelho. Não tinha nem como sair de casa porque era uma hora delicada, possível de cair em algum bloqueio que a polícia fazia sistematicamente. Então, era uma vida muito controlada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Até quando você ficou na legalidade?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Começo de 71, acho que maio, talvez março de 71 eu já estava saindo de casa e indo para a clandestinidade.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aí você já frequentava (ininteligível)?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Fui obrigado a abandonar o curso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você quer falar mais alguma coisa?

Vamos lá. Max Thomaz, muito obrigado por ter vindo. Podia falar um pouquinho para a gente, por favor.

O SR. MAX THOMAZ – Boa tarde a todos. Prazer conhecer pessoalmente Artur, Adriano Diogo. Eu vou falar um pouquinho da Maria Augusta um pouco antes, porque o Artur falou muito de um momento que ela viveu mais longe da família, e vou falar um pouco do momento que a gente foi para Goiás junto com o Luiz Eduardo e o Carlos Fon, na tentativa de localizar as ossadas. Eu sou seis anos mais novo que a Maria Augusta. Mas ela saiu, foi com 19 anos que ela foi para São Paulo, à gente se distanciou um pouco, mas mesmo essa diferença de idade, eu convivi bastante com ela. Então, realmente uma pessoa muito diferenciada na minha visão. E de personalidade dela,

sempre foi uma pessoa com muita personalidade, não tinha medo, era uma pessoa que desafiava as coisas, mas era uma pessoa extremamente generosa e marcante, de uma personalidade muito marcante. Teve uma vida comum de classe média, meus avós maternos eram fazendeiros, meus avós paternos eram comerciantes vindos do Líbano.

Do lado da minha mãe eram alemães e do lado do meu pai eram libaneses. E assim, teve uma infância boa, uma vida normal em uma cidade do interior, mas a gente notava que ela começava a ficar, a questionar algumas coisas políticas que se passava. E Leme era uma cidade extremamente provinciana. Então, ela achava que teria que sair de Leme para buscar novos horizontes, buscar objetivos dela. E ela saiu, foi para São Paulo, até então tudo era normal, tudo certo. Quando nós soubemos que ela tinha sido presa no congresso de Ibiúna em 1968, que foi um congresso enorme, grande. E a partir daquele momento, eu me lembro que eu fui com a minha mãe, eu era garoto ainda, mas fui busca-la no Presídio Tiradentes se eu não estiver enganado. E ela veio conosco para Leme e nós tínhamos um conhecido que era o Sérgio de Mota Lima que era o Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Ele era conhecido nosso. Tínhamos algum conhecimento.

Ela queria voltar de todo jeito para São Paulo e a família falou que não ia voltar porque tinha sido presa, e ela queria voltar de toda forma. E até esse conhecido nosso falou, deixa voltar, eu acho que não tem nenhum problema. Não tem nada que impeça a volta dela. E ela voltou. E a partir desse momento o retorno dela, o contato dela começa a ficar um pouco mais raro. A partir disso ela se aprofunda mais nesse movimento e a gente deixa de ter notícias dela cada vez mais. Quando a gente é surpreendido, um movimento muito grande em Leme, eu acho que isso foi em 69 se não me engano, que foi após o sequestro de um Boeing da Varig de Buenos Aires se não me engano. Que aí, Leme é vizinho, a cidade que nós morávamos era vizinho de Pirassununga. E Pirassununga é a base aérea, então tudo que você pensar de militar está em Pirassununga. Então, em um determinado dia que não me recordo o mês, mas foi em 69, à cidade foi literalmente invadida.

Eu me lembro de que tinha tanques, tinha aviões que sobrevoavam, base aérea, cavalaria, Leme foi literalmente invadida buscando encontrar a minha irmã em Leme. Ela tem uma irmã muito parecida com ela, só que mais nova, que acharam que era ela, a

minha irmã mais nova. A operação foi muito agressiva. Entraram na minha casa com metralhadoras, com tudo, e foi bastante difícil. Meus pais foram levados para a base aérea de Pirassununga para serem interrogados e ali foi colocado para a minha mãe e para o meu pai que a Maria Augusta era suspeita de ter sequestrado um avião da Varig.

E a partir desse momento nós não tivemos mais contato. Eu me lembro que a última vez que eu a vi, eu acho que ela já sabia que não voltaria mais, ela pediu as nossas fotografias. Pediu para mim, para a minha irmã, para os meus dois irmãos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando foi?

O SR. MAX THOMAZ – Foi em 69. Eu acho que foi um pouco antes de ela participar do sequestro em Leme. Foi à última vez que eu a vi. Não me lembro exatamente quando, mas eu me lembro muito bem dela pedindo a fotografia, na época eu não estranhei, achei normal. Até gostei de ela querer ficar com a minha foto. Então, foi isso. Aí a partir daí foi um desconhecimento muito grande. Não ficamos mais sabendo de nada só que saiu a notícia que um dos participantes era a Maria Augusta. Isso a imprensa na época deu, e a partir desse momento ela não mais nos contactou desde essa época. E nós viemos a saber por esse Coronel, isso um tempo depois, que a Maria Augusta tinha sido assassinada em um sítio. Mas só isso. Mais nada. Não soubemos mais nada.

E efetivamente em 1980 eu participava do CBA. Eu fiquei sabendo aí, eu me lembro que o José Dirceu veio com a notícia, um dado, e eu fiquei sabendo e fomos, eu, o Luiz Eduardo, o Carlos Fon, nós ficamos sabendo e fomos para a fazenda na tentativa de tentar localizar a cova, mas me parece que dias antes, com certeza dias antes eu não sei como ficaram sabendo, órgãos na época da repressão que ainda existiam, foram e resgataram os ossos. A gente encontrou, inclusive tem fotos no livro, pedaços de dentes e ossos que ainda ficaram. Mas a cova estava revirada e eles abstraíram as ossadas.

Então, isso foi a partir de 80, soubemos, e aí até todo esse processo entrar na Justiça, aí fica toda essa morosidade que fica até hoje. Basicamente, eu não sei o que mais eu poderia dar depoimento, não sei no que ajudaria. Acho que o Artur falou muito da...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Fala um pouquinho desse lado pessoal, depois que ela foi para Cuba, depois da Aeronáutica de Pirassununga ter invadido a cidade, imagino como ficou a situação de vocês. Então, eu queria que você detalhasse, até vocês conhecerem o CBA, ir para Goiás.

O SR. MAX THOMAZ – Foi um período muito difícil. Só para você ter uma ideia, minha mãe veio a falecer em 1971 com a ausência dela. Meus avós faleceram logo, minha avó um pouquinho mais que minha mãe, então, foi um trauma para a família muito grande. A família não estava preparada para isso porque não era uma família atuante, politicamente falando. Vamos dizer a verdade, eram de fora, alemães, então evitavam isso. Mas a Maria Augusta era muito diferente. Ela era atuante, ela sempre foi de questionar. O fato é que depois desse episódio, nós sofremos muito porque era família de comunistas. Interior, cidade pequena, terroristas, então você passa por um processo de descrédito e tudo mais. As relações ficam bastante difíceis. E justamente naquela época o Governo Militar fazia um trabalho para a classe média, que estava ótimo. Estava em um período de Brasil para frente, então não enxergava onde esse movimento ia dar. Então, foi um período até 1975, as coisas começaram a ficar diferentes. Mas foi um período muito difícil. Para a família foi bastante traumático eu diria. Até porque, ela era muito, no meio nosso, todos gostavam muito dela. Então, a ausência dela foi muito sentida. E aí com isso veio todo um processo familiar, a perda de entes queridos, mas a gente não desistia de saber dela e procurar. É que era muito difícil saber. Eu fui a São Paulo em 72 para estudar e trabalhar.

Eu me lembro que eu sempre notava que tinham algumas pessoas que me seguiam. Não que me abordassem. Eu lembro que eu descia na rodoviária e sempre

tinha, eu sempre via as mesmas pessoas que tomavam os mesmos ônibus. Então, eu sentia que era uma época que ela tinha voltado. Então, são dados, informações, então eu mesmo estando em São Paulo e sabendo agora da vida dela, ela estava em São Paulo nesse período, mas nunca se aproximou, nunca tivemos nenhum contato. Mas eu posso dizer que foi bastante difícil.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você mora em Leme ainda?

O SR. MAX THOMAZ – Moro em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tem alguém que ficou lá em Leme?

O SR. MAX THOMAZ – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não adiantaria nem fazer uma caravana lá, para saber.

O SR. MAX THOMAZ – Sim, a família... Tanto é que o Renato Dias, esse livro não tem nas livrarias. E o pessoal de Leme procura muito esse livro. Tem uma procura muito grande. Eu estou há muito tempo afastado de Leme, mas os colegas que participaram da vida de Maria Augusta, tem um inclusive que foi Prefeito, e lá ela tem o nome de rua, ela tem o memorial, ela tem uma série de coisas que homenagearam ela. Ela é considerada uma heroína para a cidade. O pessoal tem um orgulho dela muito grande. Mas eu acho que faz sentido. A própria Prefeitura tem um interesse muito grande, o próprio Secretário da Cultura talvez possa...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria, posso voltar para o Artur, mas e do Márcio Beck Machado? Nós vamos encerrando por aqui? Não tem nenhum familiar do Márcio aqui.

Tem essa história maluca do Coronel que era Secretário de Segurança, foi chamar o pai para identificar, e não deu atestado de óbito.

Viu Amelinha, como passou batido na hora que você leu, que era muita informação, depois você poderia ressaltar essa passagem do atestado de óbito do Márcio Beck Machado.

Artur, dá uma fechada aqui. Você falou da Maria Augusta. E do Márcio Beck? A Maria Augusta que esteve lá na Vila Prudente quando caiu o Ayrton Mortati na Cervantes, certo? Ela era companheira do Ayrton?

Nós fizemos a sessão do Ayrton. Termina a questão da Maria Augusta. Essa questão do Molipo, esse livro é um livro profundo que parece que teve até um documentário que vocês fizeram com o José Dirceu, com a história do Molipo, o livro. Está sendo feito. Fala um pouquinho mais porque é uma história que foi pouco contada, e volta para o Márcio Beck. O que eles estavam fazendo lá em Goiás? Quanto tempo eles ficaram em Goiás? Eles chegaram a montar uma base? Aquela história da compra da propriedade, eles compram a propriedade, perdem a propriedade, tenta desenvolver um pouco mais.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Existem dois problemas para a gente recuperar a verdade.

Falando do ponto de vista de uma testemunha. Quais são os problemas? O primeiro problema é que durante o processo da resistência armada, quando houve uma radicalização enorme da violência da repressão, compartimentou tudo. Então, as pessoas não se conheciam e não tinham o que era feito pelos outros companheiros. Então, eu acho que vocês já sabem isso, mas não custa registrar, nós éramos apresentados para outros companheiros sem saber seus nomes, nem suas histórias, nem quem eles eram. Mas até por força da circunstância que nós vivíamos, estabelecia-se ali um laço de amizade e solidariedade incomum. Em que pese o total desconhecimento um da vida do outro. Então, com isso também nós não devíamos ter informações sobre coisas que não nos diziam respeito na estrutura da revolução, porque isso também era uma regra. Porque é mais fácil você resistir à tortura quando você não sabe, do que quando você sabe.

Quando você é torturado em busca de uma informação que você sabe, o processo psicológico e mental de resistência é diferente de quando você é torturado por uma coisa que você não sabe. Então, a compartimentação das informações era muito grande. Eu não tinha informação que eles iriam para... Eu sabia que eles iam para o interior, para o campo, mas para onde, quando, nem de longe eu sabia das informações. Eu fui saber depois. Então, não posso dizer nem que eu fui testemunha desse processo que aconteceu em Rio Verde.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Organiza um pouquinho melhor, nós estamos fechando mesmo. Quando foi tomada a decisão de ir para Cuba, porque foi os 28, como foram selecionados, você não foi? Aí quanto tempo eles ficaram em Cuba? Qual o processo? Um resumo mesmo.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – O processo de saída daqui foi tumultuado, foram em diferentes maneiras. Pelo sequestro, por viagens clandestinas foi a Cuba, a troca do Embaixador. A saída do Brasil, a ida para Cuba foi uma solução adotada por uma porção de companheiros que não tinham condição de sobrevivência aqui. E a ida para Cuba era questão de estruturar um retorno organizado para manter a resistência aqui. Depois da morte do Marighela, ele era a grande figura que Cuba tinha como referência da organização da resistência armada no Brasil. e a morte do Marighela evidentemente tumultuou, complicou esse vínculo com Cuba. E existia um processo, eu não participei disso e existia um processo de rearticulação desse vínculo. Os companheiros que estavam em Cuba, esse em particular com críticas ao que estava acontecendo na resistência armada aqui no Brasil, porque o que nós vivemos, e inclusive foi feito esse debate na época, é que a adesão da resistência a resistência armada, do movimento estudantil em particular, era como nós dizíamos a época, mas eu acho que é válido até hoje, uma adesão pequena burguesa a resistência.

Então, era um pessoal que aderiu a luta armada porque via que era inviável resistir ao regime civil militar de qualquer outra maneira, era preciso ir para a luta armada, mas não tinha elaboração estratégica, não tinha planejamento estratégico. É preciso deixar claro assim, o PCdoB, por exemplo, fez da luta armada um braço armado do Partido Político. É uma estrutura muito diferente e eu posso dizer hoje, com todas as críticas que nós tínhamos que fazer, não é aqui o instrumento para fazer isso, mas é muito mais madura, muito mais pensada, muito mais estruturada do que foi a resistência tal como ela se constituiu conosco. Porque o Marighela tinha claro, uma história no Partidão, ele tinha uma ideia clara de como fazer a resistência, ir para o campo, estruturar uma resistência ao regime que não pudesse ser dizimada. Mas por uma série de motivos, a morte do Marighela e a adesão nas cidades, principalmente do movimento estudantil a luta armada, tornou as ações que eram feitas, que inicialmente eram completamente clandestinas, ações para desapropriar dinheiro, levantar fundos para poder fazer essa construção no interior, no início eram clandestinas, e depois elas se tornaram um monumento de propaganda. Eu estou falando de 68, 69, antes da minha

entrada na resistência. As ações armadas de desapropriação se tornaram uma propaganda política. Estamos desapropriando dinheiro para montar uma resistência no interior, no campo.

Marighela faz a propaganda na Rádio Nacional, só que foi de tal envergadura a importância dessa propaganda da resistência armada através da luta armada, que elas se tornaram um objetivo em si, não só para levantar fundos, levantar condições da montagem da infraestrutura, mas da própria amostragem em si.

Isso também fez com que a própria adesão da luta armada aumentasse. O que era um objetivo, mas ao mesmo tempo criou uma situação que levou ao isolamento da resistência armada, porque esse movimento todo não ficou adequadamente articulado com a estratégia da resistência armada no campo, que era o grande objetivo que o Marighela e o Toledo tinham. A morte do Toledo, a morte do Marighela e de outros companheiros que era o que tinha essa elaboração, fez com que esse movimento terminasse perdendo essa capacidade dessa construção estratégica. Eu entro na resistência armada, e os 28 de Cuba já estavam, nesse momento em que se discute essa situação de isolamento. Por isso esse pessoal vem fazendo esse debate. Nós precisamos (ininteligível) eram companheiros que tinham debate e discussão política, não tinham a experiência de um Marighela, mas um Chico Dialético, por exemplo, tinham experiências em debate políticos, não eram novatos como eu era um novato. Eu entrei na resistência armada, por ver o que estava acontecendo, por não aceitar aquela situação em que nós vivíamos e pelas circunstâncias internacionais. A gente podia discutir guerra do Vietnã, situações que existiam na América Latina, Pinochet, Banza, América Latina era um lixo, um quintal americano. Só quem não tivesse olhos para ver não via o quanto nós éramos expropriados, explorados, aviltados no cotidiano da nossa vida.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E você conhece a Maria Augusta ferida quando morreu Chico Dialético, ajudou na convalescência antes mesmo de ela ir para Cuba.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Não. Na volta. Eu conheço a Maria Augusta já na volta dela junto com o Márcio Beck, Chico Dialético, o próprio José Dirceu, eu não conheci o Fleuryzinho. Esses companheiros todos nós nos articulamos através de pontos de contato, ações...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – (inaudível – fora do microfone).

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Estava aqui também. Com o retorno dele, ele volta também com os 28.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele volta entre os 28?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Volta, mas depois ele sai de novo do Brasil. sai, faz a operação plástica e volta. Mas eu não conhecia o José Dirceu do movimento estudantil. Eu não o reconheci, entendeu?

Então, eu conheço a Maria Augusta antes de ela ser ferida, nós já fazíamos uma série de atividades em conjunto. Durante esse processo cai o aparelho onde ela morava com o Mortati, estava o Arantes lá também. Ela consegue escapar. Ela vai morar não sei com quem, vai ficar com alguém. Aí acontece na sequência esse evento que eles são emboscados em um bar ali, ela é ferida, (ininteligível) cabe descrever rapidamente o que

foi isso. A Maria Augusta, eles estavam dentro de um bar aí é para falar da Maria Augusta, da pessoa, para falar o que é à vontade, a garra, o ânimo que ela tinha para fazer as coisas. Estava ela e o Chico Dialético em um bar na Rua Turiassu, um barzinho de rua. E eles foram reconhecidos por agentes do DOI-CODI. Os agentes do DOI-CODI andavam com camisa solta e maquiadas, nas costas, na frente, mas que não ficasse evidente que eles estavam portando armas. Mas ela estava com ele ali e ela percebeu a chegada de dois ou três deles em direção a eles. Ela alerta o Chico e quando eles veem isso eles falam, bom, explodiu. É hora de fazer alguma coisa. Os dois sacam as armas, evidentemente, e ele entra para dentro do bar. Ela, quando viu isso, eles entram atirando, os caras do DOI-CODI, ela tira a arma, se abaixa e começa a atirar na entrada do bar. E ela fala para mim assim, para ver como é diferente a nossa formação e a deles, quando eu comecei a atirar os caras saíram tudo correndo para tudo quando foi lado. E imediatamente os caras saíram correndo, e ela gritou pelo Chico Dialético, mas ele já tinha sido alvejado lá dentro. E ele continuou indo para dentro e ela saiu para a rua, saiu para fora em direção a onde os caras tinham ido. E continuou atirando, mas ela sabia que tinha poucas balas, ela tinha um revólver e o revólver são só seis tiros sem fazer reposição.

Ela sai correndo, e sai correndo para a direita na Turiassu, e aí evidentemente os caras, ela sai, atira, continua correndo aí os caras começam a atirar nela, e ela sai em disparada. Aí eles acertam um tiro nela por trás, o tiro sai aqui na altura da cintura, do lado direito, atravessa e não fica, a gente vai saber disso depois. Ela sente o tiro, mas não foi em uma região vital, ela vai continuar correndo. Mas aí já ferida. Ela continua correndo, vira a primeira esquina que ela encontra, e encontra uma Kombi. Para a Kombi no cruzamento, tinha um motorista lá, ela entra, abre a porta, rende o cara. O cara tenta resistir, e ela fala, eu vou atirar em você, você tem que me tirar daqui.

Ela sai com ele, ele dirige uns pedaços, e depois de algumas quadras, aí já não havia mais a perseguição da polícia, ela desce ferida e vai atrás de um taxi. Mas ela está ferida, sangrando. E o tiro em um primeiro momento, se ele não te atinge uma área vital ou não atinge o osso, e o osso recebe impacto, quando o tiro atravessa e passa, na hora você não sente muita coisa. Mas se ele atinge você em uma região vital ou em um osso, aí o impacto é diferente, porque aí recebe o impacto da bala. E no caso dela, atravessou e passou. Então, na hora ela conseguiu continuar correndo, mas depois ela pega um taxi.

E ela estava sem bolsa, sem nada, só com a arma na mão. Ela pega o taxi, me parece que era um japonês o motorista, e ela fala para ele que ela não estava passando muito bem, estava com a menstruação muito forte, e pediu se ele podia levar ela até não sei que lugar. E ele leva ela, ela foi para uma região onde ela ia encontrar o Torigoe e a Silvia. O cara fica, quando ele olha um determinado local, ele vê o sangue dela, ele fica apavorado. Aí ela desce, não paga, o cara vai embora, ela fica por lá. E ela tinha que fazer hora até o ponto em que ela tinha. Então, ela continua na rua, ferida, com vontade de deitar, bateu em uma porta de uma casa. Uma senhora abriu e ela falou assim, estou passando mal, estou menstruada, com muito problema, será... Quando a mulher viu a sangraria, fechou a porta. E ela foi para a rua de novo. Ela rodou na rua assim durante um tempo até conseguir encontrar o Torigoe, eu não me lembro mais quanto tempo foi, mas é coisa de três horas, uma coisa assim. Aí ela encontra o Hiroaki Torigoe, a Silvia, eles levam ela para o aparelho. Ela fica ali. Aí eles entram em contato comigo porque eles não tinham nenhuma condição de ficar com ela.

Aí eles me perguntam se eu tinha condições e sim, eu tinha condições. Eu morava em uma casa na Vila Sonia, eu morava sozinho ali, era um aparelho no sentido de que era clandestino, não era conhecido. Aí eu falei, posso levar a Márcia, que era o nome de guerra dela. E enquanto isso o pessoal foi atrás de um médico para examinar a Maria Augusta. E aí um dilema muito grande. Qual era o dilema? Um companheiro ferido para ser tratado, nós tínhamos que tomar uma clínica. Tomar uma clínica é uma operação de guerra. Você tem que ter várias pessoas, gente armada, porque vai ficar trancado lá dentro sendo operado, não pode deixar ninguém entrar, ninguém sair. Enfim, era uma operação de guerra e nós não tínhamos uma estrutura desse tamanho. A ALN tinha e nós não tínhamos, e nem tinha tempo para ficar falando. Se tivesse que operar era agora, não depois.

O grande problema é que o tiro, se tivesse vazado o intestino imediatamente ia começar a fazer o processo de infecção, e aí não tem jeito, ou opera ou morre. Porque infecciona, o intestino vaza para o corpo e dá infecção e tchau. Inflama a barriga, a barriga fica dura. Então, nós ficamos nesse dilema, discutindo o que fazer. E nós trouxemos um médico para examinar. Aí eu deixei ela no aparelho sozinha, fui encontrar um médico, e eu não sei quem é ele. Tem que agradecer muito, mas era um simpatizante. E nós tínhamos regras. Eu ia levar esse cara até o meu aparelho. Então,

como é que a gente fazia? Tinha que vendar os olhos, ele não podia saber onde era. Como é que eu ia deixar esse companheiro, esse médico solto no mundo sabendo onde é que eu morava? E não é o problema de não confiar nele. É o problema que se ele fosse interrogado ou alguma coisa, eu não tinha mais segurança. Eu pedi para ele, nós pegávamos uns óculos, púnhamos papel carbono colado nos óculos com carbono virado para o vidro, então quando você olha assim, parecem uns óculos escuros, mas a pessoa que está com os óculos não vê nada. Então, eu falei, eu vou te explicar, você vai vestir esses óculos aqui, você não vai ver onde é o lugar, é uma segurança para mim, para você, para nós e tal. E era um fusquinha, eu peguei o médico e levei. E ele estava angustiado, queria tirar os óculos toda hora para olhar. Eu pedi para ele não olhar e enfim, não olhou, chegou lá, viu, e quando ele examinou a Márcia ele fala o seguinte, eu acho que não vai ter problema, mas não é certeza. E aí virou um dilema. O que a gente faz, toma a clínica ou não toma? Porque se chegasse a dar infecção aí à coisa fica grave demais. E aí ele falava, você vai fazer o seguinte, você vai agora às próximas horas... E ele começou a me explicar que começava a endurecer o abdome, com a infecção começa a endurecer, e dá febre. Porque quando você leva um tiro e o tiro passa, você não tem infecção de nada se ele não afetar o intestino nem nada, porque ele cauteriza a entrada e a saída, porque a bala é incandescente, muito quente. Então, cauteriza, esteriliza, melhor dizendo, entrada e saída. Então, era só fazer o curativo ali e deixar, se não houvesse...

Aí nós ficamos ali um tempo, eu e ela, vendo qual ia ser, se ia dar ou não intumescimento, não deu, e aí ela descansou, enfim, deu tudo certo. Aí nós saímos daquele aparelho, ela se recuperou muito rápido e nós fomos morar em uma pensão no Paraíso. Eu e ela. E aí a vida mudou ainda mais da clandestinidade com a preocupação permanente de ser preso. Eu tenho um trauma entre muitos, tenho um trauma de cadeia. Eu sempre espero o pior. Se meu filho viaja para algum lugar, eu fico pensando qual acidente que vai acontecer, se o avião vai cair, você fica esperando o pior, porque a regra que a gente tem na cabeça é que isso não acontece com a gente, isso não acontece comigo. Quando você vive essas coisas você começa a achar que acontece sim, pode acontecer.

Então, quando nós voltávamos de qualquer dia de nossa atividade, quando nós voltávamos para a pensão, ir para a pensão era uma atividade cheia de garantias,

seguranças, até entrar na pensão e estar tranquilo no quarto e sabermos que não podia acontecer nada. Então, essa é uma parte da história da Maria Augusta para mostrar o quanto ela era corajosa, dedicada ao que ela pensava, generosa e ela fazia isso pelas ideias em que ela acreditava.

E para fechar, o Márcio Beck, acabei não falando dele porque como nos ficamos companheiros, é mais forte a história com a Maria Augusta. Mas o Márcio Beck, eu também quero registrar isso, o tempo que eu convivi com ele foi, não foi muito grande, mas eu tive bastante contato com ele. O Márcio Beck era uma figura excepcional. Além de tudo ele era bem humorado com a vida que a gente levava. Ele vivia fazendo chacota, brincando com as coisas, mas era um dos que partilhava ansiosamente dessa preocupação com a necessidade de mudar a linha política da resistência armada. Ele era um que pensava e discutia muito essa questão. E era uma figura, um companheiro assim como os demais, também de uma dedicação extrema e um desprendimento enorme.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Artur, você conheceu o Milton Porsani?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Sim, conheci o Milton Porsani. Ele era um companheiro estudante, devia ter 19 anos. Ele era parte do que a gente chamava de comando estudantil. Ele, a Márcia, não a Márcia Maria Augusta, outra companheira de Taquaritinga, e depois eu fiquei sabendo que era de Taquaritinga. E conheci ele, ele era como eu disse, do comando estudantil que eu tinha, que eu mantinha o contato, e depois eu o encontrei, não o entreguei, mas depois ele foi preso e acabei encontrando ele no DOI-CODI. Tem uma cena maluca que depois eu encontrei ele... mas acho que não importa isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mais uma coisa, a Silvia, a Silvinha que você fala, ela está por aí ainda?

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Está. Ela nunca foi presa. Ela está por aí e conseguiu se safar dessa situação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E ela é do Molipo também.

O SR. ARTUR MACHADO SCAVONE – Molipo. E ela vivenciou forte essa, junto com o Hiroaki Torigoe ela vivenciou esse processo de construção do Molipo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você conheceu o Milton Porsani?

O SR. – (inaudível – fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A família dele era toda de Leme. Tem uma família enorme de Leme. Vamos lá.

Alguém gostaria de falar mais alguma coisa?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – (inaudível – fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quero. É importante para a gente concluir.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – A questão do atestado de óbito, eu penso que tanto do Márcio Beck quanto da Maria Augusta Thomaz, esses atestados... Um Secretário de Segurança Pública toma conhecimento de uma morte violenta, ele é obrigado por Lei a encaminhar ao Instituto Médico Legal para fazer autopsia e exame, e laudo necroscópico e dali emitir um atestado de óbito. Mas ali foi uma truculência tamanha que nada disso aconteceu. Eu fico até imaginando que capacidade de cinismo de você chamar o seu primo irmão para ir lá e mostrar aquela situação, aquele cadáver mutilado, despedaçado. Então, esse atestado de óbito não vai aparecer nunca dessa forma que nós estamos colocando aqui. Ele vai aparecer na Lei 9140 que é feita em 1995. Essa Lei é de reconhecimento dos desaparecidos políticos como mortos pelo Estado. E aí essa Lei no Anexo Um da Lei tem o nome do Márcio Beck Machado e da Maria Augusta Thomaz. E vão receber um atestado de óbito tão absurdo, eu não sei como o Max entende isso e o próprio Scavone, mas os familiares vêm reivindicando uma retificação do atestado de óbito porque de acordo com essa Lei o atestado de óbito sai o seguinte, morreu de acordo com a Lei 9140, de 1995. Quer

dizer, ninguém morre conforme uma Lei. Teve a circunstância da morte, quem causou a morte. Quer dizer, a própria Lei que causou a morte? Isso foi constatado fazendo uma leitura rápida do atestado de óbito. Então, isso foi o que os familiares queriam e tanto a Comissão Nacional como a Estadual devem juntar esforços para que se tenha as circunstâncias em que ocorreram essas mortes.

No caso a Maria Augusta e o Márcio Beck tem um livro hoje, que reúne informações. Mas isso tem que ser reconhecido também na documentação oficial. Isso tem que ser transferido, essas informações serem reconhecidas e esse atestado de óbito retificado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Amelinha. Obrigado companheiro, por ter vindo aqui. Artur, os seus depoimentos são belíssimos, importantes.

Queria só falar uma coisa que é o seguinte, na sexta-feira 15 de março às 12 horas na Geologia da USP, nós vamos lembrar de dois companheiros que foram assassinados há 40 anos atrás, no próprio dia, um no dia 15 de março e o outro no dia seis ou sete de abril. O Alexandre Vanucchi Leme e o Reinaldo Monte Queiroz. Então, na Geologia às 12 horas vai ter a caravana da anistia, a Comissão Nacional da Anistia e o reconhecimento pelo Estado Brasileiro do assassinato do Alexandre Vanucchi, o do Queiroz vai ser em uma outra data. E às 18 horas na Catedral vai ter uma missa nos mesmos moldes que ocorreu há 40 anos atrás. Evidente que Dom Paulo Evaristo não vai poder estar lá celebrando. Quem vai estar presidindo a cerimônia é o Dom Angelico Sândalo Bernardino que era Bispo Auxiliar e que na época ajudou na organização. Então, no dia 15 de março às 18 horas na Catedral vai haver uma enorme concentração de pessoas, os familiares, os amigos, das novas gerações, os estudantes, enfim, vai ser um ajuntamento de gente pela democracia, pela verdade e pelo reestabelecimento da justiça no país.

Então, eu convido a todos, peço que convidem seus amigos, seus familiares, porque é um ato copatrocinado pela Comissão da Verdade e por todo mundo que está aí

na luta. Então, convido a todos para sexta-feira, 15 de março na Catedral às seis horas da tarde, a recuperação da memória de Alexandre Vanucchi Leme e Reinaldo Queiroz. Muito obrigado. A sessão está encerrada.

* * *